

Encontro discute Gestão Ambiental em Terras Indígenas

No último dia do evento de Capacitação de Executores de Projetos dos Editais “Utilização sustentável de recursos da biodiversidade nas áreas de entorno de Unidades de Conservação de proteção integral localizadas em ecossistemas abertos” (03/2001) e “Gestão Ambiental em Terras Indígenas” (06/01), uma mesa-redonda discutiu a importância da atuação gerencial na área de Meio Ambiente nas terras indígenas demarcadas. Fizeram parte da mesa, a diretora do FNMA, Eliane Fernandes; o diretor de assuntos fundiários da Fundação Nacional do Índio (Funai), Artur Nobre Mendes; o pesquisador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Mauro Ribeiro; e o vice-coordenador do Conselho Indígena de Roraima, Norberto Cruz da Silva. Participaram na platéia 45 integrantes de projetos.

O debate foi aberto pela diretora do FNMA que destacou a atuação recente do Fundo no financiamento de projetos em terras indígenas. “É uma área de apoio financeiro nova, que abrimos com muita dificuldade, pois não tínhamos verbas específicas para este tema, mas buscamos o apoio da Funai e da direção do MMA e conseguimos lançar o edital 06/2001”, destacou Eliane Fernandes. Ela ainda acrescentou que estão sendo apoiados 18 projetos neste edital.

Em seguida, Artur Nobre informou que o “enfoque” fado pelo edital é algo novo dentro da própria Funai. “Embora já defenda a Gestão



Fotos: Arquivo do FNMA



A mesa-redonda debateu o tema com um auditório formado por mais de 50 representantes de executores de projetos, incluindo representantes de comunidades indígenas.

Ambiental em Terras Indígenas há muito tempo, só agora estamos conseguindo implementar esta abordagem em áreas-piloto”, destacou o diretor de Assuntos Fundiários. Ele defendeu a ampla participação das comunidades indígenas na preparação dos planos para que possam ser os implementadores de toda a gestão.

Ainda durante o encontro, Norberto Cruz defendeu uma maior valorização dos índios como agentes e não simples espectadores dos processos de gestão. “É fundamental a participação das comunidades na preparação dos planos de gestão para que não seja algo imposto de cima para baixo,

deixando de fora os principais sujeitos do processo, sem nenhum poder de decisão”, acentuou.

Seguindo a apresentação, Mauro Ribeiro apontou a importância da realização do diagnóstico etnoambiental de forma precisa, para que o plano de gestão ambiental possa ser construído com bases sólidas. “Temos que reunir o conhecimento técnico ambiental ao que os índios possuem empiricamente, de forma natural, para que possamos abordar de forma completa o funcionamento do ecossistema abordado”, destacou o pesquisador do IBGE. Ele completou dizendo ser fundamental no diagnóstico a inclusão de todos

Termo de parceria com a AACC lança edital

O edital de seleção de projetos da Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte (AACC/RN), fruto do termo de parceria do Programa Piloto de Apoio a Pequenos Projetos do FNMA, será em breve lançado. Serão aplicados R\$ 300 mil em recursos para projetos que proponham ações de autogestão e co-gestão dos recursos naturais no bioma Caatinga, convivência com o semi-árido nordestino e geração de capacidades locais que possam promover a preservação, melhoria e ampliação da vida a partir das potencialidades da própria região.

Primeiro termo de parceria celebrado pelo FNMA, por meio de um edital que selecionou a AACC/RN entre outras 11 entidades locais, o Programa de Apoio a Pequenos Projetos é uma alternativa para a implementação em dada região de uma quantidade maior de projetos com montante de recursos significativos, considerados na proporção inovadora de sua abrangência localizada. Neste edital, o apoio financeiro variará de R\$ 5 mil a R\$ 35 mil, valores concedidos a pequenos projetos de execução descentralizada, de forma que contribua para o desenvolvimento da Política Nacional de Meio Ambiente por meio de ações locais, voltadas ao uso racional e sustentável dos recursos naturais.

Para que esta seleção local não ficasse a cargo do FNMA, um órgão nacional, uma entidade parceira fica responsável pela divulgação local e seleção dos projetos. O edital, denominado 01/2002, permitirá que instituições privadas brasileiras, sem fins lucrativos, com um mínimo de 12 meses de existência legal (como associações de pequenos produtores, cooperativas de produção, organizações ambientalistas e outras), possam desenvolver projetos que combinem preservação ambiental com melhoria de qualidade de vida por meio de técnicas auto-sustentáveis, com duração máxima de 18 meses.

O modo pioneiro de acompanhamento do Programa Piloto concebeu como instância maior na validação do processo, seleção dos projetos a serem apoiados e avaliação dos resultados da execução, o estabelecimento de um Conselho Deliberativo, composto de forma paritária entre a AACC/RN e o FNMA, que foi instituído no dia 20 de março de 2002 e já iniciou suas atividades, deliberando pelo lançamento do edital.

O FNMA espera que o sucesso deste projeto piloto possa ampliar e dinamizar o Programa Piloto de Apoio a Pequenos Projetos, disseminando cada vez mais as iniciativas ambientais em todos os recantos do país e tornando os recursos públicos mais acessíveis a toda a sociedade.

A Direção.

 Continuação da capa

Arquivo do FNMA



Artur Nobre defendeu a importância da gestão ambiental em terras indígenas.

os elementos que interagem dentro da reserva indígena, pois a gestão ambiental antes de tudo é a gestão de conflitos e interesses dos agentes em uma certa região.

Por fim, antes do encerramento do debate com a participação do público presente formulando perguntas e considerações, falou a coordenadora da carteira de Educação Ambiental do FNMA, Danielle Martins. Ela lembrou ser a área de conhecimento da gestão ambiental em terras indígenas ainda recente e por isso as dificuldades enfrentadas para a implantação deste tipo de apoio financeiro. “Estamos realizando um esforço para efetivarmos esta nova modalidade no Fundo e, para isto, pedimos a colaboração de todos os setores que podem auxiliar ao nosso trabalho para garantir uma ótima execução”, concluiu.

MINISTRO DO MEIO AMBIENTE
José Carlos Carvalho

SECRETÁRIO EXECUTIVO
Joaquim Carlos Freire

DIRETORA - FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
Eliane Fernandes da Silva

EDIÇÃO, REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO
Marcos Graça

Publicação com distribuição dirigida
FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
Esplanada dos Ministérios - Bloco B - 7º andar
70068-900 - Brasília - Distrito Federal

Tel: (61) 317-1203 e Fax: (61) 224-0879

www.mma.gov.br/fnma
fnma@mma.gov.br

Entrevista / Conselho Deliberativo

Seguindo as entrevistas com o nosso Conselho Deliberativo, o FNMA Notícias conversa neste número com mais três conselheiros: Zilda Maria Veloso, diretora de Licenciamento e Qualidade Ambiental da Secretaria de Qualidade Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IBAMA); Sisilli Malta Fragoso, suplente da representação de ONGs do Nordeste e presidente da Sociedade Ambiental Mãe Natureza (AL); e Alfredo Gastal, gerente do Projeto de Gestão Ambiental Urbana e Regional da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos (SQAHH) do MMA.

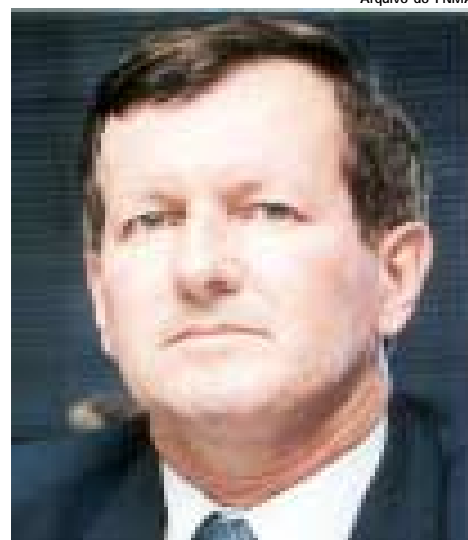
Participando há três anos do Conselho Deliberativo, a diretora de Licenciamento e Qualidade Ambiental da Secretaria de Qualidade Ambiental do Ibama, Zilda Maria Veloso, acha fascinante sua participação em todo o processo de atuação dos conselheiros. “Trabalho há mais de 15 anos com Meio Ambiente, 12 anos só com resíduos sólidos, e mesmo assim aprendemos muito com as reuniões, discussões e acompanhamentos de projetos e editais”, observa. Ela destaca o contato direto realizado com os executores e projetos desenvolvidos. “Lidamos diretamente com os problemas ambientais enfrentados pela sociedade, poder público local e ONGs”, explica.

Para Zilda Veloso, o FNMA é o foro legítimo de aplicação de recursos para o Meio Ambiente, pois segue padrões técnicos difíceis de serem encontrados. “Percebemos que são evitados entraves burocráticos e políticos para aprovação de projetos, para que possam ser mais repre-

sentativas as prefeituras, ONGs, universidades e demais instituições elegíveis a obterem projetos aprovados no FNMA”, acentua. Segundo ela, a constituição do Conselho Deliberativo aponta esta representatividade. “Temos aqui representantes de vários órgãos do governo, governos estaduais e ONGs de todas as regiões do país, criando um debate muito rico, incluindo a participação do corpo técnico do Fundo”, acrescenta.

Zilda Veloso acredita que o futuro do FNMA é crescer cada vez mais em recursos, quantidade e qualidade dos projetos aprovados, tornando-se o grande canal de aplicações de recursos financeiros da área ambiental. “Não é que seja necessário a supressão de outras fontes de financiamento, mas o caráter multi-temático do Fundo o capacita a centralizar os recursos para apoio a projetos”, destaca a funcionária do Ibama. Para ela, o tratamento da questão ambiental no Brasil tem evoluído muito, e o FNMA está seguindo esta preocupação crescente com nossa qualidade de vida. “Mesmo faltando alguns ajustes, temos hoje uma conscientização da população, qualidade do controle e fiscalização por parte do governo, muito mais efetivos, permitindo que as nossas ações na área de Meio Ambiente possam ter um caráter de excelência”, afirma.

Presidente da Sociedade Ambiental Mãe Natureza, o conselheiro Sisilli Malta Fragoso é suplente da representação de ONGs do Nordeste e participou recentemente pela primeira vez de uma reunião no Conselho



Sisilli Malta Fragoso

Deliberativo. “É muito interessante o debate e abordagem técnica dos projetos e linhas temáticas de apoio à preservação e desenvolvimento sustentável do Meio Ambiente, pois nos enriquece e nos ensina muito”, destaca. A Sociedade Ambiental Mãe Natureza já existe há mais de nove anos em Alagoas, atuando na fiscalização e combate contra agressões ao Meio Ambiente. “Buscamos expandir e popularizar o debate sobre Meio Ambiente e temos conseguido bons resultados”, acrescenta.

Sisilli Fragoso observa a grande importância que o FNMA possui no apoio a pequenos projetos ambientais de regiões distantes, aonde as entidades possuem grande dificuldade em acessar recursos financeiros e apoio técnico. “Nossa experiência no Nordeste demonstra um certo distanciamento das linhas de financiamento ambientais, dada às dificuldades de infra-estrutura locais e das grandes dificuldades econômicas e sociais que ainda enfrentamos, e o FNMA tem

Arquivo do FNMA



Zilda Maria Veloso

Continua

conseguido atingir prefeituras e ONGs da região”, acentua. Ele só acrescenta que ainda sente a necessidade de um tratamento mais direcionado ao Nordeste, como também para a região Norte, com divulgação e atendimento regionalizado, para que possam ser atendidos da melhor forma as necessidades locais. “Sabemos que o problema ambiental não pode ser solucionado com ações imediatas, mas acreditamos que só por meio da educação é que poderemos realmente conscientizar e envolver toda a sociedade na preservação da natureza, daí a grande importância da Educação Ambiental”, completa.

Trabalhando desde 1985 com Meio Ambiente, o conselheiro Alfredo Gastal atualmente gerencia o Projeto de Gestão Ambiental Urbana e Regional da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos do MMA. “Comecei atuando na Organização das Nações Unidas (ONU), através da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)

Continuação da pág.3

Arquivo do FNMA



Alfredo Gastal

no Chile, perfazendo mais de 16 anos de trabalho na área”, explica. “Sem dúvida alguma, o Fundo tem um importante papel na efetivação no país de todas as agendas ambientais, e esperamos que cada vez mais a sua atuação seja fortalecida”, acentua.

Segundo Gastal, outra característica fundamental do FNMA é a sua transparência, que torna o processo de seleção de projetos visível e de grande credibilidade. “O grande

desafio que permanece é a criação de mecanismos de retorno financeiro, além dos empréstimos a fundo perdido”, observa, acrescentando que “estes mecanismos de retorno não mudariam o papel do Fundo, e acredito que esta alternativa já recebe a atenção da atual diretoria”. Segundo ele, até o ano de 2000, o FNMA era apenas um Fundo Verde, mas ele agora apoia projetos de Desenvolvimento Sustentável e de Agenda Marrom.

Segundo Gastal, o tratamento da questão ambiental tem evoluído muito na última década, de forma ímpar comparada aos outros países latino-americanos. “O Brasil deixou de ser um coadjuvante neste desenvolvimento para ser uma efetiva liderança entre os países em desenvolvimento, com posições de vanguarda em relação às convenções e tratados internacionais de Meio Ambiente, implementação das Agendas Ambientais e participação da sociedade, de ONGs, do Poder e do Ministério Público e outros mais”, acrescenta Gastal.

Arquivo do FNMA



Na foto a 34ª Reunião do Conselho deliberativo do FNMA.

Reunião do Conselho aprova projetos de DE

Foram aprovados na 34ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do FNMA, realizada nos dias 04 e 05 de março, nove das quinze propostas de Demanda Espontânea analisadas, num total de R\$ 1.707.000,00 de recursos do FNMA. Em razão do lançamento do edital “Agenda 21 Local” (13/2001), o FNMA avaliou todos os projetos relacionados ao tema anteriormente apresentados.

Os projetos aprovados são: “Agenda 21 - Campo Grande Nosso Lugar”, do Instituto Mu-

nicipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente (MS); “Construção da Agenda 21 do Estado de Pernambuco”, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTMA (PE); “Agenda 21 do Município de Araripina”, da Autarquia Educacional do Araripe (PE); “Agenda 21 de Olinda”, da Prefeitura Municipal de Olinda (PE); “Elaboração da Agenda 21 de Escada”, da Prefeitura Municipal de Escada (PE); “Elaboração da Agenda 21 do Município de Guará”,

da Prefeitura Municipal de Guará (SP); “Elaboração da Agenda 21 Local de Assú”, da Prefeitura Municipal de Assú (RN); “Infraestrutura do Parque Municipal Esperança”, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira/CEPLAC e Centro de Pesquisas do Cacau/CEPEC (BA); e “Rio Caratinga Construindo a Agenda 21”, da Associação de Defesa do Rio Caratinga (MG).

Projetos na Amazônia a pleno vapor

PROJETOS

Em fevereiro foram realizadas três monitorias de projetos em execução no estado do Acre pelo coordenador de carteira da Amazônia Sustentável do FNMA, Westphalen Nunes. Os projetos foram: “Reflorestamento em Terras Degradadas e Treinamento em Comunidades Rurais”, coordenado pelo Grupo de Formação Popular (Opção); “Aprendendo para viver melhor”, coordenado pela Fundação Instituto de Biodiversidade e Manejo de Ecossistemas da Amazônia Ocidental (Bioma); e “Identificação da Flora e Fauna e Elaboração do Plano de Manejo Florestal de Uso Múltiplo da reserva Extrativista do Riozinho”, coordenado pela Associação Andiroba.

“O projeto da Opção, realizado no município de Rio Branco, pretende recuperar áreas alteradas com Sistemas Agroflorestais, envolvendo cerca de 17 produtores rurais do Projeto de Assentamento Pedro Peixoto”, informa Westphalen. Ele destaca que o projeto foi elaborado quase que exclusivamente pelos produtores rurais, com pouca colaboração dos técnicos externos, provocando a necessidade de parcerias que auxiliem neste aspecto técnico. “Isto tem estimulado outras organizações da região a também apresentarem projetos para o FNMA, sem a necessidade de um grande apoio técnico externo à comunidade”, acrescenta.

Já o projeto do Bioma, no município de Porto Acre, está sendo executado com a ajuda dos técnicos do Projeto Arboreto, que é vinculado ao Parque Zoobotânico e está localizado em lotes de produtores rurais



Arquivo do FNMA

O cultivo de legumes intercalado às monoculturas permanentes melhora as condições físicas, químicas e biológicas do solo, melhorando a produtividade.

do Assentamento Humaitá. “A ação é centrada na implantação de sistemas agroflorestais (SAF), sem o uso de queimadas ou insumos orgânicos (adubo, inseticidas, herbicidas e outros) com o objetivo de produzir produtos orgânicos”, explica Westphalen. Os produtores são estimulados a participar ativamente no processo de planejamento do seu próprio SAF, no qual o uso de leguminosas como o feijão de porco ou feijão guandu, por exemplo, possuem um papel importante. “A participação da comunidade é expressiva, com a realização da primeira feira de produtos orgânicos realizada no município de Xapuri, nos dias 19 e 20 de janeiro de 2001, organizada pela Rede Agroflorestal Acreana”, acrescenta.

Por fim, o projeto da Associação Andiroba, desenvolvido no município de Sena Madureira, está localizado no Assentamento Extrativista do Riozinho e propõe a melhoria de

vida dos produtores rurais da área com a ampliação da renda por meio da utilização dos recursos florestais. “Mesmo com uma participação menor da comunidade, o projeto tem bons recursos técnicos, pois a entidade já trabalhou com o FNMA e é uma referência para as outras entidades da região, tirando dúvidas e ajudando na realização de procedimentos como a prestação de contas”, analisa Westphalen. Para ele, o único ponto a fortalecer é a interação entre comunidade e equipe técnica. “Isto é fundamental, porquê os beneficiários devem ser os sujeitos do projeto, tornando sua execução mais participativa e produtiva”, conclui.

Arquivo do FNMA



No projeto do Opção a comunidade construiu o viveiro com recursos naturais da floresta.

Conheça a Demanda Espontânea

Além da modalidade Demanda Induzida, que seleciona projetos por meio de editais, o FNMA também trabalha com outro tipo de recebimento de propostas, a Demanda Espontânea. Nesta modalidade a instituição envia a proposta dentro das normas de apresentação e linhas temáticas do Fundo, durante todo o ano. “Neste tipo de modalidade a instituição desenvolve o projeto dentro das normas exigidas pelo Fundo e de acordo com as linhas temáticas nas quais oferecemos apoio financeiro”, explica a diretora do FNMA, Eliane Fernandes.

Para a entidade ter conhecimento das normas e procedimentos exigidos pelo Fundo é só acessar o Manual para Apresentação de Projetos/Demanda Espontânea - 2001, que estará vigente até julho deste ano. “A partir desta data, só receberemos projetos no novo formulário que estará disponível a partir de maio

impresso e em nosso site”, destaca Eliane Fernandes.

As linhas temáticas também estão especificadas no Manual através de um encarte próprio. “As instituições que desejam apresentar projetos dentro da DE devem prestar atenção quanto aos aspectos obrigatórios de cada umas das linhas que estão na publicação da DE e na própria página eletrônica do Fundo”, acrescenta a diretora do FNMA.

A DE que está aberta para recebimento de propostas durante todo o ano. Entretanto, quando um edital é lançado, a sub-linha que ele aborda não pode receber projetos na DE durante a vigência do mesmo. “Por isso, antes de elaborar uma proposta para a DE, verifique os editais que estão em vigência e consulte as áreas temáticas do FNMA”, conclui Eliane Fernandes. O Manual e demais publicações podem ser acessados no endereço eletrônico www.mma.gov.br/fnma

Arquivo do FNMA



Eliane: entidades tem que ficar atentas às linhas temáticas apoiadas.

ou solicitados pelo telefone (61) 317-1203.

A partir do próximo número estaremos abordando cada linha temática do FNMA

Workshop discute recuperação de áreas degradadas

Foi realizado nos dias 14 e 15 de fevereiro, no Parque Florestal da Empresa Internacional Paper, em Mogi-Guaçu (SP), o workshop “Desafios da Recuperação de Áreas Degradadas no Estado de São Paulo”. Organizado pela Coordenadoria de Informações Técnicas, Documentação e Pesquisa Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (CINP/SMA); e pelo Departamento de Ciências Biológicas da ESALQ/USP; teve como objetivo a integração entre as equipes dos projetos em

desenvolvimento nos estado. O FNMA esteve presente através do projeto “Diversificação e Regionalização da Coleta de Sementes de Espécies Arbóreas Nativas do Estado de São Paulo” do ESALQ, que apóia financeiramente.

“O evento permitiu uma atualização sobre o tema e a promoção do intercâmbio de informações e experiência entre as equipes participantes”, destaca o coordenador da carteira de Extensão Florestal do FNMA, Adriano Lopes. Ele também ressalta a importância do evento para a área de extensão

florestal, com o estabelecimento de critérios mais detalhados para a elaboração e monitoramento de projetos, nas áreas de revegetação de regiões de preservação permanente. “Por meio de grupos temáticos, foram discutidos vários temas como: avaliação de indicadores de monitoramento, metodologia de implantação, demandas de sementes e mudas, transferência de resultados e capacitação para Recuperação de Áreas Degradadas”, completa.